



TERMO: Decisório.

CONCORRÊNCIA N.º 1601.01/2023-CP.

OBJETO: GERENCIAMENTO INTEGRAL (MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA, AMPLIAÇÃO, MELHORIA, REFORMA) DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRAIRI-CE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA.

RECORRENTE: CASTRO & ROCHA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 32.185.141/0001-12.

RECORRIDO: Presidente da CPL.

A Presidente da CPL do Município de TRAIRI vem responder ao Recurso Administrativo, impetrado, **INTEMPESTIVAMENTE** pela empresa **CASTRO & ROCHA LTDA**, inscrito no CNPJ nº 32.185.141/0001-12, com base no Art. 109, inciso I, "a" da Lei Federal nº. 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;
[...]

Preliminarmente, cita o edital já enfocado que o certame será regido pela Lei Federal Nº 8.666/93, e Lei Complementar 123/2006 e alterações.

Referida empresa impetrou recurso administrativo contra o julgamento do Presidente em relação à fase de habilitação no dia 24 de abril de 2023, tento encaminhado por e-mail oficial da comissão o presente recurso, cujo prazo encerrou-se no dia 20/04/2023, uma vez que a intimação final do ato (resultado do julgamento da habilitação) fora publicado na imprensa oficial através do Jornal de Grande Circulação o POVO no dia 14/04/2023 a pág. 7, Jornal Diário Oficial do Estado do Ceará - DOE no dia 14/04/2023 à pág. 115, bem como no Diário Oficial da União, em 14/04/2023 na seção 3 à pág. 72. Desse modo pelo que entendemos fora do prazo prescrito na norma do Art. 109, inciso I, "a" da Lei Federal nº. 8.666/93, alhures, que é de 05 (cinco) dias úteis, que começa a correr a partir da intimação do ato, ou seja, divulgação do seu resultado. Valendo então para contagem do prazo os dias 14, 17, 18, 19 e 20 de abril, na forma do art. 110 da lei 8.666/93. Conforme amplamente demonstrado no edital convocatório, se não vejamos:

Do Edital de Licitação

(...)

20.0- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

20.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoadada e subscrita pelo representante legal da recorrente, dirigida à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de TRAIRI-CE.

20.3- Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal de TRAIRI-CE, e encaminhados à Comissão de Licitação.



Isto posto, é de se entender que em circunstâncias processuais como estas o recurso perde o requisito de admissibilidade legal, qual seja o da tempestividade devida para análise e julgamento.

A tempestividade, como visto, é requisito legal de admissibilidade do recurso administrativo. E, estando o prazo recursal expressamente previsto em lei, não há que se aplicar, em relação a ele, o princípio do informalismo do processo administrativo. Ademais, se fosse dispensável sua observância nos recursos administrativos, não haveria previsão de prazo na Lei nº 9.784/99, que orienta exclusivamente o processo administrativo. Neste sentido, sustenta a doutrina pátria:

A primeira causa de não-conhecimento do recurso é a intempestividade, ou seja, a interposição do recurso fora do prazo legal (art. 63, I). Os prazos recursais são peremptórios e os interessados devem observá-los rigorosamente. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 16. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 317.)

Quanto à necessidade de se negar o conhecimento de recurso intempestivo, em respeito aos Princípios da Legalidade, da Segurança Jurídica e da Isonomia, vejamos o entendimento da Jurisprudência Pátria:

AGRAVO REGIMENTAL. ARTIGO 2º DA LEI N.º 9.800/99. INTEMPESTIVIDADE. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTES.

1. Não merece conhecimento recurso apresentado fora do prazo previsto no artigo 2º da Lei n.º 9.800/99.

2. A aferição da tempestividade do recurso dá-se invariavelmente com base na data da entrada da petição no Protocolo do Superior Tribunal de Justiça. Em atenção ao princípio da segurança jurídica, que deve plasmar os atos judiciais, não se pode considerar tempestivo o recurso protocolizado - ainda que por engano e dentro do prazo - em Tribunal diverso daquele ao qual se dirigia.

[...]

4. Agravo regimental não conhecido

(STJ, Relator Min. João Otávio de Noronha; Data de Julgamento 04/09/2003).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ADMINISTRATIVO. LEI N.º 9.784/1999. INTERPOSIÇÃO. OFERECIMENTO DAS RAZÕES APÓS O TÉRMINO DO PRAZO RECURSAL. MOTIVO DE FORÇA MAIOR NÃO COMPROVADO. CONJUNTO PROBATÓRIO INEXISTENTE. PRINCÍPIO DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA E DA SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO DESPROVIDO.

I - O recurso administrativo deve ser interposto com as razões do pedido de reforma.

II - O prazo para o recurso é peremptório e contínuo, ou seja, ultrapassado o lapso temporal ou exercido o direito de recorrer se opera a preclusão consumativa para a prática de qualquer ato relacionado com a interposição do recurso, em homenagem ao princípio da preclusão consumativa e da segurança jurídica.

III - O rol probatório foi deficitariamente instruído pela Agravante, apresentando-se incapaz de refutar o direito da Impetrante. A afirmação da existência de motivo de força maior consiste em mera formulação descabida de prova, sendo sua existência nos autos incerta.

IV - Agravo regimental desprovido

(STJ; AgRg no MS 7897/DF; Relatora Min. Laurita Vaz; Data de Julgamento 12/12/2001).



Cabe ressaltar que, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, “a *tempestividade do recurso administrativo é requisito essencial para a devolução da matéria impugnada ao órgão julgador, pois intempestivo o recurso, opera-se a coisa julgada administrativa, tomando os seus efeitos efetivos e aptos a atingirem o patrimônio do particular*” (RMS n.º 10.338/PR, 2ª Turma, Rel. Min.ª. Laurita Vaz, DJU de 16.12.2003)

Sobre a coisa julgada administrativa, transcreve-se, por oportuno, a lição de Hely Lopes Meirelles:

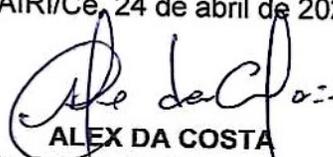
Coisa julgada administrativa: a denominada coisa julgada administrativa, que, na verdade, é apenas uma preclusão de efeitos internos, não tem o alcance da coisa julgada judicial, porque o ato jurisdicional da Administração não deixa de ser um simples ato administrativo decisório, sem a força conclusiva do ato jurisdicional do Poder Judiciário.

[...]

Realmente, o que ocorre nas decisões administrativas finais, é, apenas, preclusão administrativa, ou a irretratabilidade do ato perante a própria Administração. É sua imodificabilidade na via administrativa, para estabilidade das relações entre as partes. Por isso, não atinge nem afeta situações ou direitos de terceiros, mas permanece imodificável entre a Administração e o administrado destinatário da decisão interna do Poder Público. Essa imodificabilidade não é efeito da coisa julgada administrativa, mas é consequência da preclusão das vias de impugnação interna (recursos administrativos) dos atos decisórios da própria Administração. Exauridos os meios de impugnação administrativa, torna-se irretratável, administrativamente, a última decisão, mas nem por isso deixa de ser atacável por via judicial.

Diante dos argumentos doutrinários e jurisprudenciais aqui sustentados entendemos que o recurso administrativo impetrado pela empresa **CASTRO & ROCHA LTDA, inscrito no CNPJ nº 32.185.141/0001-12, NÃO DEVA SER CONHECIDO**, por inexistência do requisito legal da tempestividade, na forma das normas editalícias e legais explícitas.

TRAIRI/Ce, 24 de abril de 2023.


ALEX DA COSTA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação